

**ESCOLA RURAL RIBEIRINHA NA RESERVA EXTRATIVISTA LAGO DO CUNIÃ,
AMAZÔNIA PORTOVELHENSE DO BAIXO MADEIRA, RONDÔNIA****F. M. M. ESTEVÃO*, S. R. COSTA & J. A. BARROS**

Universidade Federal de Rondônia

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-3195-9033>*

fernando11estevao@gmail.com*

Submetido 28/04/2025 - Aceito 07/10/2025

DOI: 10.15628/holos.2025.18553

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo compreender e analisar o que é ser professor na escola rural ribeirinha da Reserva do Lago do Cuniã, no Baixo Madeira, Amazônia rondoniense de Porto Velho. A indagação: o que é ser docente na escola rural ribeirinha na Reserva Extrativista do Lago do Cuniã? Em termos metodológicos a pesquisa é de abordagem qualitativa e as fontes são bibliográficas,

narrativas de entrevistas semiestruturadas com dois professores que lecionam em turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental da escola municipal rural ribeirinha Francisco Braga, fotografias e legislações. Perceberam-se diferentes dinâmicas e abordagens educacionais significativas realizadas para viabilizar processos de ensino e aprendizagem na escola rural ribeirinha.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino ribeirinho, ensino rural, professor rural, docência rural.**RURAL RIVERSIDE SCHOOL IN THE LAGO DO CUNIÃ EXTRACTIVE RESERVE,
PORTOVELHENSE AMAZON OF THE LOWER MADEIRA, RONDÔNIA****ABSTRACT**

The research aimed to understand and analyze what it is like to be a teacher at a rural riverside school in the Cuniã Lake Reserve, in the Baixo Madeira region of the Amazon region of Rondônia, in Porto Velho. The question was: what is it like to be a teacher at a rural riverside school in the Cuniã Lake Extractive Reserve? In methodological terms, the research used a qualitative approach and the sources were bibliographical, semi-structured interview

narratives with two teachers who teach in classes from 6th to 9th grade of Elementary School at the Francisco Braga municipal riverside school, photographs and legislation. Different dynamics and significant educational approaches were observed to enable teaching and learning processes at the rural riverside school.

KEYWORDS: Riverside education, rural education, rural teacher, rural teaching.

1 INTRODUÇÃO

A Reserva Extrativista Lago do Cuniã, situada no município de Porto Velho, estado de Rondônia, representa uma área de significativa importância ambiental e cultural. Com cerca de 56 mil hectares de extensão, essa reserva abrange uma diversidade de ecossistema amazônico, incluindo florestas inundáveis, igapós, várzeas e áreas de terra firme (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2010). Habitada por comunidades tradicionais de seringueiros, ribeirinhos e pescadores, a região possui suas práticas extrativistas intrinsecamente ligadas à preservação dos recursos naturais locais.

A criação da reserva Extrativista Lago do Cuniã ocorreu no final de década de 1990, em um contexto de crescente discussão acerca da necessidade de conservação da Amazônia e do reconhecimento dos direitos das populações tradicionais que a habitam (Oliveira & Silva, 2018). Por meio do Decreto n. 3.238, a área foi oficialmente reconhecida como reserva extrativista, com o propósito de conciliar a proteção ambiental, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e a preservação do modo de vida das comunidades locais.

A pesquisa teve como objetivo compreender e analisar o que é ser professor na escola rural ribeirinha da Reserva do Lago do Cuniã na Amazônia rondoniense do Baixo Madeira, em Porto Velho. A indagação: o que é ser docente na escola rural ribeirinha na Reserva extrativista do Lago do Cuniã? A pesquisa é de abordagem qualitativa, em termos metodológicos utilizam-se as seguintes fontes: materiais bibliográficos, entrevistas semiestruturadas com dois professores que lecionam em turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental da escola municipal rural ribeirinha Francisco Braga, notas de campo, mapas, fotografias e legislações. Percebeu-se diferentes dinâmicas e abordagens educacionais significativas realizadas para viabilizar processos de ensino e aprendizagem na escola rural ribeirinha.

A educação distante dos centros urbanos, denominada rural do campo, da floresta e dos rios, embora muitas vezes negligenciada pelas administrações públicas, e ausente de políticas públicas específicas, é necessária para atender crianças, jovens e adultos de modo a garantir o direito social, principalmente ao se tratar da região Norte do Brasil, onde as distâncias entre escolas são amplas e nem sempre há transporte regular para viabilizar acesso de estudantes e professores.

Com características únicas e desafios específicos, o ensino em áreas rurais ribeirinhas requer uma abordagem diferenciada que leve em conta fatores socioeconômicos, culturais e geográficos.

Os docentes muitas vezes utilizam de suas expertises para superar os desafios de acesso e permanência na escola rural ribeirinha, e são por excelência aqueles que garantem o funcionamento da escola, diante das várias dificuldades ou peculiaridades das escolas da floresta amazônica. Muitas escolas de educação básica estão localizadas em áreas de difícil acesso, em regiões que apresentam particularidades que exigem compreensão a partir das táticas estabelecidas por Certeau (2002). Deste modo, professores e alunos lidam com significativas distâncias geográficas para chegarem às escolas, diante das diversidades culturais, onde estão localizados os povos da floresta, os extrativistas, os caboclos entre outros. Situação esta que exige repensar as condições de trabalho,

os usos e a produções de materiais didáticos, os conteúdos e calendários escolares, a infraestrutura das instituições, acesso a redes de comunicação, energia elétrica e água potável entre outros.

A atuação do professor em escolas rurais ribeirinhas exige uma abordagem pedagógica flexível e contextualizada. Em pesquisa realizada por Silva e da Silva (2018), foi destacado que a maioria das escolas rurais enfrenta falta de recursos, tais como: materiais didáticos adequados e acesso à internet. Além disso, os currículos muitas vezes não refletem as realidades locais (Torres, Nery e Bezerra, 2022). Uma solução promissora é a incorporação de elementos culturais e locais no currículo (Mendes, Wanderley e Souza, 2022).

A realidade educacional dos povos ribeirinhos amazônicos não é igual a outras partes do Brasil. O acesso às escolas não é fácil, há diversos problemas estruturais, ausência de recursos que possibilitem aos docentes exercerem seu trabalho a partir dos preceitos legais. Barros, Nunes e Silva (2023) destacaram, em suas pesquisas, que o meio rural carece de atuação governamental em suas diversas esferas, sobretudo no âmbito municipal e estadual.

Os recursos com os quais os docentes trabalham são simples e insuficientes, a estrutura das escolas deixa a desejar, pois em sua maioria foram construídas pelas próprias mãos das comunidades, com materiais coletados na própria floresta amazônica, sem nenhum tipo de certificação que os qualifiquem como seguros diante das especificidades da legalidade das construções arquitetônicas. Esse fato remete à ausência ou efetivação de políticas públicas específicas.

Também é importante destacar que muitos dos professores que atuam nas salas de aula nas zonas rurais ribeirinhas amazônicas não são portadores de diploma de nível superior, mas em decorrência das dificuldades de ausências de profissionais habilitados com formação inicial para o exercício do magistério. Não por acaso, as salas de aulas possuem professores leigos – situação esta que pode repercutir diretamente na qualidade de ensino, contrariando o princípio da igualdade previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação da Educação Nacional (LDBEN) conforme abordado por (Barros, Nunes e Silva, 2023).

2 A RESERVA EXTRATIVISTA LAGO DO CUNIÃ

A Reserva Extrativista Lago do Cuniã, localizada em Porto Velho, Rondônia, é um exemplo de como a criação de unidades de conservação pode conciliar a preservação ambiental com os direitos das comunidades tradicionais. Sua institucionalização é resultado de um longo processo de mobilização social e políticas públicas, voltadas para a proteção dos recursos naturais e a promoção do desenvolvimento sustentável na região amazônica. A criação de unidades de conservação como as reservas extrativistas é regida por legislação específica. No caso da Resex Lago do Cuniã, sua criação foi formalizada pelo Decreto Federal n. 3.238, datado de 1999, que reconheceu oficialmente a área como uma unidade de conservação de uso sustentável.

A criação da Resex Lago do Cuniã teve como objetivo principal conciliar a proteção ambiental com a manutenção das atividades extrativistas tradicionais das comunidades locais. Como destaca Souza e Almeida (2019), "a Resex Lago do Cuniã representa um avanço na garantia dos direitos das populações tradicionais, reconhecendo seu papel como guardiãs dos recursos naturais e promovendo sua participação ativa na gestão da área". A área abrangida pela Resex Lago do Cuniã possui rica biodiversidade, com ecossistemas que vão desde florestas inundáveis até áreas de terra firme. Sua criação foi fundamental para a conservação de espécies ameaçadas e para a preservação de serviços ecossistêmicos essenciais para o equilíbrio ambiental da região.



Figura 1: Vista panorâmica do Lago do Cuniã

No entanto, apesar dos avanços proporcionados pela criação da Resex Lago do Cuniã, ainda persistem desafios a serem enfrentados. Conforme ressaltado por Oliveira e Silva (2018), "a pressão por terras para atividades agropecuárias, o desmatamento ilegal e a exploração predatória dos recursos naturais continuam representando ameaças significativas para a conservação da área". Diante desse contexto, é fundamental que sejam adotadas medidas eficazes de controle e fiscalização, bem como políticas de desenvolvimento sustentável que promovam a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, sem comprometer a conservação ambiental. A Reserva Extrativista (Resex) Lago do Cuniã é fruto de uma série de motivações que se entrelaçam em torno da preservação ambiental, proteção dos modos de vida tradicionais e reconhecimento dos direitos das comunidades locais. Sua criação foi impulsionada por diversos fatores que refletem a necessidade de conciliar o desenvolvimento econômico com a conservação dos recursos naturais e a valorização das populações extrativistas.

Uma das principais motivações para a criação da Resex Lago do Cuniã foi a necessidade de proteger a biodiversidade da região amazônica. A área abrangida pela reserva é caracterizada por grande variedade de ecossistemas, que incluem florestas inundáveis, igapós, várzeas e áreas de

terra firme. Esses habitats abrigam diversidade de espécies de fauna e flora, algumas das quais ameaçadas de extinção. Além da proteção da biodiversidade, a criação da Resex Lago do Cuniã também visou preservar os modos de vida tradicionais das populações extrativistas que habitam a região. Seringueiros, ribeirinhos e pescadores dependem dos recursos naturais para sua subsistência e sustento.

A Resex Lago do Cuniã foi criada como uma forma de reconhecer e valorizar o conhecimento tradicional dessas comunidades, promovendo sua participação ativa na gestão e conservação da área. Como destaca Souza e Almeida (2019), "a criação da Resex Lago do Cuniã representou um marco na garantia dos direitos territoriais das populações extrativistas, reconhecendo-as como legítimas guardiãs dos recursos naturais da região" (p. 88). Outra motivação importante para a criação da Resex Lago do Cuniã foi a necessidade de enfrentar os desafios socioambientais decorrentes da ocupação desordenada da região. A expansão agrícola, o desflorestamento ilegal e a exploração predatória dos recursos naturais representam ameaças significativas para a conservação da área e o modo de vida das comunidades locais.

Diante desses desafios, a criação da Resex Lago do Cuniã foi uma resposta política e social para promover a conservação ambiental, proteger os direitos das populações tradicionais e garantir um desenvolvimento sustentável na região.

2.1 Legislação ambiental e a proteção da área

A Reserva Extrativista (Resex) Lago do Cuniã é protegida por um conjunto de legislações ambientais que visam garantir a conservação dos recursos naturais e o uso sustentável da área. A criação da Resex foi fundamentada em dispositivos legais que reconhecem a importância da proteção ambiental e dos modos de vida tradicionais das populações extrativistas. A Resex Lago do Cuniã foi criada com base na Lei Federal n. 9.985, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). De acordo com essa lei, as reservas extrativistas são categorizadas como unidades de conservação de uso sustentável, cujo objetivo é conciliar a conservação da biodiversidade com o uso racional dos recursos naturais.

Além da legislação federal, a Resex Lago do Cuniã também é amparada por dispositivos legais estaduais e municipais que complementam a proteção da área. A Constituição Estadual de Rondônia, por exemplo, estabelece a proteção do meio ambiente como um princípio fundamental do estado, garantindo a preservação dos recursos naturais para as presentes e futuras gerações. Outro instrumento importante para a proteção da Resex Lago do Cuniã é o Plano de Manejo da Unidade de Conservação. O Plano de Manejo é um documento técnico que estabelece as diretrizes para a gestão da área, incluindo normas de uso, zoneamento, manejo dos recursos naturais e medidas de conservação. Ele é elaborado de forma participativa, envolvendo as comunidades locais, órgãos governamentais e organizações da sociedade civil.



Figura 2: Acervo dos pesquisadores 2024 – Manejo do jacaré



Figura 3: Acervo dos pesquisadores 2024 – Manejo do pirarucu

A proteção da Resex Lago do Cuniã também é assegurada pela atuação de órgãos ambientais, como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pela gestão das unidades de conservação federais, e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM), responsável pela fiscalização e controle ambiental no estado de Rondônia. É importante ressaltar que a eficácia da legislação ambiental na proteção da Resex Lago do Cuniã depende, além de sua implementação, da fiscalização efetiva. Apesar dos avanços proporcionados pela criação da unidade de conservação, ainda existem desafios a serem

enfrentados, como o combate ao desmatamento ilegal, a invasão de terras e a exploração predatória dos recursos naturais.

Diante desses desafios, é fundamental fortalecer os mecanismos de controle e fiscalização, promover a conscientização ambiental e incentivar práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais. Somente dessa forma será possível garantir a proteção efetiva da Resex Lago do Cuniã e a preservação da sua rica biodiversidade para as presentes e futuras gerações.

2.2 Gestão da Reserva Extrativista Lago do Cuniã

A gestão e proteção da Reserva Extrativista (Resex) Lago do Cuniã envolve um amplo conjunto de instituições, incluindo órgãos governamentais, organizações ambientais e comunidades locais. O envolvimento dessas entidades é fundamental para garantir a eficácia das políticas de conservação e desenvolvimento sustentável na região. Por sua vez, o ICMBio desempenha um papel central na gestão das unidades de conservação federais, incluindo a Resex Lago do Cuniã, que é responsável pela elaboração e implementação de planos de manejo, fiscalização e monitoramento ambiental, promoção de pesquisas científicas e apoio às comunidades locais na gestão dos recursos naturais.

Outra organização ambiental que desempenha um papel importante na Resex Lago do Cuniã é a WWF-Brasil, organização da sociedade civil brasileira, apartidária e sem fins lucrativos que trabalha em defesa da vida, desenvolve projetos de conservação da biodiversidade, de restauração de ecossistemas degradados e sensibilização ambiental nas comunidades locais. A WWF-Brasil também apoia iniciativas de pesquisa científica e monitoramento ambiental na área. O envolvimento das comunidades locais é outro aspecto fundamental na gestão da Resex Lago do Cuniã. As associações de moradores, colônias de pescadores, cooperativas e outros grupos organizados desempenham um função ativa na definição de políticas de uso dos recursos naturais, fiscalização das atividades ilegais e promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável. O envolvimento de órgãos governamentais, organizações ambientais e comunidades locais é essencial para garantir a eficácia das políticas de conservação e desenvolvimento sustentável na Resex Lago do Cuniã.

2.3 Características da Reserva Extrativista Lago do Cuniã

A Reserva Extrativista Lago do Cuniã é uma área de preservação ambiental que se destaca por suas características únicas e sua importância para a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável da região amazônica. Com uma área de aproximadamente 56.000 hectares, a Resex Lago do Cuniã abrange uma diversidade de ecossistemas e recursos naturais que sustentam as atividades extrativistas e as comunidades locais. Segundo Silva (2018), uma das características marcantes da Resex Lago do Cuniã é sua localização estratégica, abrangendo áreas

de floresta inundável, igapós¹, várzeas e terra firme. Essa variedade de habitats proporciona abrigo para uma grande diversidade de espécies de fauna e flora, algumas das quais ameaçadas de extinção.

A presença de comunidades tradicionais, como seringueiros, ribeirinhos e pescadores, é outra característica importante da Resex Lago do Cuniã. De acordo com Souza (2019), essas comunidades têm seus modos de vida diretamente ligados à floresta e aos recursos naturais da região, desempenhando um papel fundamental na gestão e conservação da reserva. Além disso, a Resex Lago do Cuniã é conhecida por suas áreas de manejo florestal comunitário, onde são realizadas atividades de extração de produtos florestais não madeireiros. Segundo Santos (2020), essas atividades geram renda e emprego para as comunidades locais, promovendo o desenvolvimento econômico sustentável da região.



Figura 4: Acervos dos pesquisadores 2024 – Ribeirinho, morador da Resex – Lago do Cuniã

A Resex Lago do Cuniã é uma área de grande importância para a pesquisa científica e a conservação da biodiversidade. Diversos estudos têm sido realizados na área, contribuindo para o conhecimento da fauna, flora e ecossistemas locais, bem como para o desenvolvimento de estratégias de conservação e manejo sustentável dos recursos naturais (Almeida, 2021). No entanto, apesar de suas características únicas e sua importância para a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável da região, a Resex Lago do Cuniã enfrenta desafios significativos, como o desmatamento ilegal, a pressão por terras para atividades agropecuárias e a falta de infraestrutura e apoio governamental para as comunidades locais.

¹ As florestas de Igapó, também conhecidas como florestas aluviais ombrófilas densas, são as vegetações da Amazônia brasileira que ocorrem ao longo dos rios.

Diante desses desafios, é fundamental fortalecer as políticas de conservação ambiental, promover o desenvolvimento sustentável das comunidades locais e garantir a proteção efetiva da Resex Lago do Cuniã e de seus recursos naturais para as presentes e futuras gerações.

3 A ESCOLA E OS PROFESSORES RURAIS RIBEIRINHOS NA RESERVA EXTRATIVISTA LAGO DO CUNIÃ

O contexto histórico da educação na Reserva Extrativista Lago do Cuniã remonta a período distante, meados da década de 1950 do século XX, em Porto Velho, Rondônia, contexto marcado por transformações socioeconômicas e culturais decorrentes do ciclo da borracha. Nesse período, a educação portovelhense não era prioridade, refletindo as precárias condições de vida e a falta de infraestrutura adequada. As escolas eram escassas, muitas vezes improvisadas em espaços adaptados e com recursos limitados. A falta de investimento em educação estava intrinsecamente ligada às prioridades econômicas voltadas para a exploração do látex, relegando a formação educacional que ficou em plano secundário nas agendas públicas (Gubert, Bernardo & Alberlândia, 2022).

A educação rural na Reserva Extrativista Lago do Cuniã exige uma abordagem que considere tanto as questões naturais da floresta amazônica, quanto as restrições de acesso ao local – escola, e as táticas estabelecidas por professores na lida pedagógica, de modo a criar inovações diante das realidades locais. Os professores sem muitos recursos instituem possibilidades para promover uma educação rural ribeirinha mais próxima dos cotidianos dos alunos, em interface aos conhecimentos escolares e parâmetros educacionais legais.

A construção de um sistema educacional ou seu atendimento na região Amazônica requer mais do que apenas esforços individuais; exige uma abordagem colaborativa envolvendo políticas governamentais, organizações locais e a concretização de políticas públicas que incentivem e valorizem os professores.

Segundo Barros e Ferreira (2022), a região norte do Brasil possui significativo número de estudantes em processos de alfabetização e escolarização – fato este que sinaliza a necessidade de ampliar as pesquisas científicas educacionais para melhor compreender os impactos sociais da educação na região.

Muitos temas são emergentes, desde a existência e utilização de materiais didáticos relacionados até os cotidianos das comunidades rurais ribeirinhas da floresta, incluindo também: formação inicial e continuada de professores, criação e adoção de metodologias por meio da alteridade como mencionara Nunes e Barros (2022).

Barros, Matias e Nunes (2021) elaboraram um histórico sobre a construção de escolas em Porto Velho, Rondônia. Segundo os autores, também deve ser considerado a realidade sobre a colonização da região. As escolas rurais foram construídas ao longo dos anos em sua maioria a partir da utilização de madeira de cedro, considerada de qualidade inferior quando em comparação a outras madeiras. Outro importante dado que os autores mencionam é que os próprios moradores

rondonienses foram responsáveis pela execução dos trabalhos de construção das escolas, ficando o poder público praticamente inerte durante esses trabalhos.

É preciso que haja maior criticidade acerca das condições pelas quais os professores rurais ribeirinhos realizam e desenvolvem suas atividades em área de floresta amazônica, muitas vezes sem amparo de políticas públicas específicas. As comunidades ribeirinhas da Amazônia experimentam cotidianamente ausências de políticas públicas que norteiam os processos educacionais. Compõem um histórico de problemas desde a implementação da colonização da região.

Como consequência da colonização, temos na Amazônia a presença dos caboclos, resultado da mestiçagem entre índios e brancos. É que a Amazônia se apresenta ora bucólica, ora repleta de problemas [...] da falta de políticas públicas. Conhecer e viver na Amazônia é, portanto, misturar ao que é real ao imaginário, o misterioso e o fantástico. E mais: a resiliência e a resistência. (Farias, França, Barba & Souza, 2021).

A educação é direito constitucional com previsão no artigo 205 da Constituição Federal de 1988 e, além disso, possui diversas normativas que regulamentam o tema no Brasil, dentre eles a Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - que traz diversas previsões relevantes para assegurar a qualidade da educação nacional. O artigo 3º da LDBEN versa sobre o princípio da igualdade em seus incisos I, VI e IX. (Brasil, 1996).

Assim, segundo Costa e Barros (2021), a educação se torna um dever para o Estado que deve garantir a igualdade como fator não somente legal, que possibilite a todos o máximo possível de oportunidades. Uma das escolas localizadas no Baixo Madeira, em Rondônia, é a Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Braga, situada na Reserva Extrativista Lago do Cuniã (RESEX). Sobre a escola, Souza (2020) aduz que:

No que diz respeito à educação, a Escola Municipal Francisco Braga é a única da comunidade. A escola oferece aulas para o ensino fundamental, recebendo alunos e alunas do 1º ao 5º ano no período da manhã e, do 6º ao 9º ano, no período da tarde. Esses alunos (6º ao 9º ano) são parte de um projeto especial da Divisão de Ensino Rural da Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho, denominado Projeto Ribeirinho, que se baseia na proposta da pedagogia de alternância. Lanchas são responsáveis pelo transporte dos estudantes, visto que alguns núcleos são distantes da escola. Muitas vezes, isso traz grandes dificuldades para os discentes porque as lanchas são de uma empresa privada que presta serviço para a Secretaria de Educação.

Além dos desafios sobre o transporte fluvial de estudantes e professores, na pesquisa, foi possível compreender que a construção da escola foi iniciativa da comunidade, e, de acordo com Estevão (2025), foi por causa da intensão dos populares que a escola Francisco Braga foi erguida e sua história se divide em etapas, entre elas a escola de madeira lascada, cortada a facão e a escola de alvenaria. A criação da escola rural em sua etapa inicial, pelo menos em suas estrutura de madeira lascada, não correspondeu a uma política pública.



Figura 5: Acervo dos pesquisadores 2024 – E.M.E.F Francisco Braga

Para Barros, Matias e Nunes (2021), a ausência de ações político-pedagógicas voltadas para as escolas do meio rural demonstra a ineficiência administrativa em avançar em aspectos educacionais e oferecer a todos a mesma igualdade de chances.

A força de trabalho dos povos ribeirinhos amazônicos, na busca por acesso à escola, exigiu a construção de uma instituição precária, a primeira fase da escola foi marcada por total ausência do poder público como mencionou Estevão (2025).

Exercer o professorado em escola rural ribeirinha requer além de conhecimentos intelectuais a partir da formação inicial e continuada, a força e coragem de ser quem é, ou seja, o professor e a professora rural se dedicam ao exercício da docência diante de conjuntos de problemas. As adversidades encontradas pelos docentes na escola da Reserva Extrativista Lago do Cuniã não são diferente das demais comunidades ribeirinhas da região do Baixo Madeira em Porto Velho, entre os desafios: falta de materiais pedagógicos adequados aos cotidianos rurais ribeirinhos, diante do modo de vida dos extrativistas; dificuldades de acesso, algo que corresponde a existência de escolas isoladas, distantes das rotas, linhas ou percursos convencionais e regulares onde há meios de transporte. Na escola rural ribeirinha Francisco Braga, no inverno amazônico que se estende de outubro a abril por causa das chuvas intensas, as áreas ficam alagadiças, fato que dificulta sobremaneira o acesso para professores.

Ao historiar a escola Francisco Braga, Estevão (2025) constatou que a infraestrutura é um dos fatores preponderantes para permanência de professores e alunos, ao contrário ocorre a evasão de alunos e consequentemente seu desligamento, ou seja, desistência da escola, mesmo sem condições de frequentar outra escola - urbanas. Em sua etapa inicial, em meados do século XIX, a escola Francisco Braga não possuía boa infraestrutura, e, de lá para cá, ocorreram significativas alterações, tanto de ordem estrutural quanto recursos materiais e humanos: se antes os professores eram leigos, hoje possuem formação inicial e continuada, se antes a escola era de uma sala só, de madeira lascada, hoje a escola é de alvenaria e com muitas salas.

A escola de hoje não é a mesma de antes, mesmo assim é necessário que diante das adversidades da atuação docente em área de floresta amazônica, o professor na condição de interlocutor, mediador, ressignifique os processos de alfabetização e escolarização de modo a viabilizar melhores interfaces dos conhecimentos escolares, científicos e os parâmetros legais. Desde modo, as práticas de ensino dos professores envolvem questões que ultrapassam aspectos didáticos convencionais. O que significa redefinir elementos que conferem significado aos processos de ensino-aprendizagem para reorganizar os pressupostos que permeiam a relação pedagógica.

Muitas são as necessidades do fazer docente. Não sem motivo, os caminhos ou percursos constituídos pelos docentes correspondem possibilidades de viabilizar interfaces – didáticas, metodologias, conteúdos e cotidianos. De que modo pode-se garantir – nos processos educacionais – debates sobre o inverno amazônico (outubro a abril), que significa o período mais chuvoso da região, no qual os níveis dos rios e lagos ficam altos e ocasionam maiores dificuldades de acesso pelas trilhas da floresta?



Figura 6: Acervo dos pesquisadores 2024 – Caminho que dá acesso ao Lago do Cuniã

Os professores da escola rural ribeirinha situada na RESEX Lago do Cuniã possuem muitas atribuições. E, de certo modo, a partir de Canário (2000), eles são resistentes e ao mesmo tempo são responsáveis pela existência da escola, diante das ausências do poder público. Assim, enfrentam o inverno amazônico com os próprios recursos e suas limitações para viabilizar as aulas.

Os desafios logísticos e de infraestrutura enfrentados pelo professorado demandam novas alternativas que considerem as realidades locais. Nesse sentido, uma delas foi a implementação da Pedagogia da Alternância com integração de conteúdos que abordam a ecologia local, técnicas de sustentabilidade, bem como as práticas culturais específicas daquela comunidade.



Figura 7: Acervo dos pesquisadores 2024 – Estrada que dá acesso ao Lago do Cuniã

A Pedagogia da Alternância é uma metodologia de ensino desenvolvida na França na década de 1935, no contexto de um movimento de educação, voltado para as populações rurais. Esta é uma proposta que surgiu como uma resposta às necessidades das populações rurais, que, muitas vezes, viam a educação formal como algo distante de sua realidade. Modelo de educação que proporciona alternância entre dois ambientes, o escolar e o comunitário, permitindo que os conhecimentos adquiridos na escola sejam aplicados diretamente na vida cotidiana, contribuindo para o desenvolvimento local.

No Brasil, esse modelo de pedagogia foi introduzido na década de 1960, no estado do Espírito Santo, sendo adotada como uma abordagem para integrar o ensino escolar com a vida rural, promovendo uma educação mais contextualizada e humana voltada para as realidades das comunidades rurais. Trata-se de um modelo educacional, que se estrutura em princípios pedagógicos, organizacionais e comunitários, com a finalidade de transformar a educação e adaptá-la às realidades e necessidades dos estudantes rurais. Gimonet (2007, p. 17) a define como “mais que um simples método, devendo ser considerada como um verdadeiro sistema educativo”.

Na Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Braga, situada na RESEX Lago do Cuniã, a Pedagogia da Alternância se consolida por meio de uma “proposta educacional diferenciada, apropriada à realidade do aluno ribeirinho e o seu desenvolvimento” (Estevão, Costa & Barros, 2024, p. 119), em que as disciplinas são organizadas por periodicidade e os conteúdos voltados para a contextualização local. Para Gimonet (2007), a Pedagogia da Alternância se dá neste processo de interligar prática cotidiana com teoria/conteúdo, visando à formação integral do estudante.

Neste processo de Alternância, durante a investigação se percebeu que no contexto escolar na E. M. E. F. Francisco Braga os professores enfrentam desafios para que o ensino seja interessante e se aproxime da realidade vivida pelo estudante.

Nas entrevistas semiestruturadas, os professores mencionaram diversos desafios, mas também apontaram alternativas diante do contexto de ser professor: “Eu tenho que dar uma aula interessante a cada dia, tornar o ensino interessante. O ensino ele deve ser como a vida da gente, deve pulsar, deve pulsar, né! Então eu procuro a cada dia estabelecer estratégias que venham a despertar esse interesse pelo saber” (Professor 1. 2024. Dutka).

Eu vou tentando, né! Amenizar a situação, eu vou levando, vou tentando através do convencimento, com o aluno, mostrando para ele a necessidade da educação. Eu vou contornando da forma que eu posso me adaptar também. E dando sequência, vou tentando minimizar os problemas de forma mais confortável possível. Utilizo a forma mais eficaz. Vou fazendo o que eu posso fazer para poder melhorar. (Professor 2. 2024. Ricardo).

Olha, fazemos muitas coisas, realizamos importantes atividades pedagógicas. A comunidade juntamente com os alunos participa de temas de interesses, seja datas comemorativas e ou temas culturais [...]. Eles abraçam essas ações, essas propostas. Falando como professor, especificamente sobre mim, atuo como professor de Artes e de História. Recentemente no final do ano passado, eu fiz uma exposição com os meus alunos. Eu trabalho a disciplina, o ensino da pintura com eles, sempre voltado para o meio ambiente e o resultado dessas aulas de artes foi uma exposição que a gente fez na Galeria Ivan Marrocos, na cidade de Porto Velho. Uma exposição que deu uma grande quantidade de visitantes e que reverberou, foi muito bem comentada. (Professor 1. 2024. Dutka).

Eu acho, assim na questão da aplicação da disciplina de Educação e Cidadania. E também atividades que remetem os cotidianos da comunidade, por exemplo a disciplina de Agro Pesca. Foram disciplinas que mais pessoas participarem, repercutiu positivamente com maior interesse dos alunos. No que tange a temas de grande repercussão e importância para eles (Professor 2. 2024. Ricardo).

Para compreender a experiência de ser professor na escola rural ribeirinha da Reserva do Lago do Cuniã, foi necessária uma análise dos cotidianos dos docentes que vivem e atuam naquele contexto. Os fragmentos de narrativas de entrevistas com os professores nos mostraram indícios de

práticas pedagógicas ligadas às realidades locais, exigindo dos professores além do domínio dos conteúdos, capacidade de adaptação as condições e desafios próprios da região.

Na pesquisa entrevistamos dois professores, e, por meio de suas falas, buscamos identificar elementos que caracterizam as práticas docentes e como eles lidam com as especificidades da educação em comunidade rural ribeirinha. Assim, ao analisarmos as falas dos professores foi possível compreender que no Lago do Cuniã ser professor significa desempenhar função multifacetada, de se adaptar constantemente às dificuldades, integrar a educação ao contexto cultural e ambiental local, e ainda promover um ensino que valorize vivências cotidianas da comunidade. Ser professor no Lago do Cuniã vai além da transmissão de conteúdos, é envolver-se em tudo. Ou seja, “suas atividades muitas vezes se estendem para além das salas de aula, envolvendo-se em projetos de melhoria da infraestrutura da escola, conscientização sobre questões locais e promoção de atividades culturais” (Estevão, Costa & Barros, 2023. p. 126.)

Contudo, os professores se empenham para encontrar soluções que se adéquem nas situações locais, mostrando a importância do comprometimento pessoal em uma realidade onde as estruturas formais de apoio, como políticas públicas e infraestrutura adequadas, muitas vezes são insuficientes.

A região amazônica representa uma teia educacional única, na qual a geografia, a cultura e a economia se entrelaçam para criar um ambiente de ensino singular (Maciel, Brum & Gritti, 2019). A vastidão da região, com comunidades isoladas e diferentes grupos étnicos, representa desafios logísticos e pedagógicos.

Esses desafios logísticos e pedagógicos tornam-se perceptível na fala do professor, o uso de expressões como "amenizar a situação", "minimizar os problemas" e "adaptar-se" evidencia o caráter flexível e prático que é exigido da docência em áreas rurais ribeirinhas.

Por meio das entrevistas dos docentes, foi possível verificar que ser professor é adotar postura crítica e inventiva, os professores são astutos e utilizam de táticas únicas para fazer o que fazem conforme destacou Certeau (2002).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos esta análise sobre o que é ser professor na escola rural ribeirinha na Reserva Extrativista Lago do Cuniã, evidencia-se que a docência na E. M. E. F. Francisco Braga transcende a simples transmissão de conteúdo. Ser professor neste contexto é atuar com agente transformador, sendo capaz de se adaptar e criar alternativas diante dos contextos amazônicos, ao mesmo tempo contextualizar o currículo escolar e torná-lo relevante para as realidades dos alunos em comunidades rurais ribeirinhas, como no Lago do Cuniã.

A Educação na RESEX – Lago do Cuniã é um dos exemplos sobre a intenção da comunidade para criar uma escola, mesmo sem a participação direta do poder público. Uma escola inicialmente construída de tapiri com madeiras retiradas de facão e machado da própria floresta, carregadas em canoas movidas a remo e transportadas manualmente barranco acima.

Diante de todos os desafios enfrentados pelos ribeirinhos, a escola é vista como a garantia de um futuro melhor estabelecendo nexos com as identidades da comunidade. E o professor consequentemente assume papel importantíssimo para comunidade rural ribeirinha. Na comunidade ribeirinha do Lago do Cuniã, a docência se torna um exercício contínuo de resiliência inovação e comprometimento, reafirmando a importância da educação na formação humana independente do lugar onde vive.

Na pesquisa percebemos a resiliência do professor em tornar as disciplinas relevantes para a vida dos alunos. A flexibilidade na prática pedagógica dos professores se torna elemento essencial no processo ensino aprendizagem na escola rural ribeirinha do Lago do Cuniã. O professor desempenha importante papel em todos os processos.

Os docentes não apenas ensinam conteúdos formais das disciplinas básicas, mas integram a realidade local ao processo educativo, promovendo uma educação contextualizada que valorize os saberes dos alunos, professores que se reinventam a partir dos recursos existentes na escola e na região.

Professores e comunidade enfrentam ausências de meios de transporte regulares para os deslocamentos, bem como a falta de políticas públicas específicas e eficazes tanto para professores quanto para as comunidades ribeirinhas. Deste modo, ainda perpetuam desigualdades ao se tratar de acesso aos direitos sociais, e, em especial a educação. A falta de políticas públicas adequadas para professores rurais ribeirinhas é um dos principais desafios que afetam a equidade na educação.

Mesmo as comunidades ribeirinhas desempenhando importante papel para preservação cultural e ambiental de regiões como a Amazônia rondoniense, as dificuldades enfrentadas por seus moradores, em especial ao que se refere a educação é algo histórico.

Por fim, ser professor ou professora na Amazônia rondoniense é lidar cotidianamente com desafios diante dos contextos da floresta amazônica e sobretudo das especificidades no âmbito das dificuldades para acesso e permanência na escola.

5 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. (2021). "Contribuições da pesquisa científica para a conservação da Reserva Extrativista Lago do Cuniã". *Revista de Estudos Amazônicos*, 15(2), 45-60.
- BARROS, J. A., FERREIRA, N. V. C. (2020). Educação rural: ações pedagógicas e infâncias. *Revista Exitus*. v. 10, 2020. DOI:10.24065/2237-9460.
- BARROS, J. A., MATIAS, J. C., NUNES, M. J. de (2021). Escolas rurais na região amazônica: traços da política e administração pública em Rondônia. *Revista de Educação Pública*, v. 30, p.1-24, jan./dez. DOI: doi.org/10.29286/rep.v30ijan/dez

- BARROS, J. A.; NUNES, M. J. de O.; SILVA, A. L. (2023). Memórias de professoras na região amazônica: trabalho e modos de ensinar em escolas rurais no terceiro quartel do Século XX. *Cadernos de História da Educação*, v.22, p.1-23,e152. 2023. DOI 10,14393/che-v 22-2023-152 . ISSN 1982-7806
- Brasil. **Constituição Federal**. Planalto (1988). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 de junho. De 2024.
- Brasil. **Lei 9364**. Planalto (1966). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 08 de junho. De 2024.
- CANÁRIO, R. (2000). A escola no mundo rural: contributos para a construção de um objecto de estudo. *Educação, Sociedade & Cultura*, n. 14, p. 121-139. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie//revistaesc/ESC14/14-7-canario.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2024.
- CERTEAU, M. de. (2002). *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 7ed. Petrópolis: Vozes. v.1.
- COSTA, S. R. da; BARROS, J. A.(2021). Escolas rurais ribeirinhas do Baixo Madeira em Rondônia em fins do primeiro quartel do Século XXI. In: FARIA, Wendell Fiori de et al. *Educação em foco: pesquisa em Educação na Amazônia*. Porto Velho, EDUFRO. p. 230-248. Disponível em: https://edufro.unir.br/uploads/08899242/Colecao%20pos%20UNIR/01%20EDUCACAO_EM_FOCO.pdf. Acesso em: 30 nov. 2024.
- ESTÊVÃO, F. M. M. (2025). História da escola rural ribeirinha Francisco Braga na Reserva Extrativista Lago do Cuniã - RESEX, região do Baixo Madeira na Amazônia rondoniense (1950 a 2023). 2025. 177 f. Dissertação: Curso de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação Escolar, Mestrado e Doutorado Profissional (PPGEEProf), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho.
- FARIA. W. F., FRANÇA. R. F. C., Barba. C. H. & Souza. M. M. (2021). **Educação em foco: pesquisa em educação na Amazônia**. *Coleção Pós-graduação da UNIR EDUFRO*. 2021.. Acesso em: 02 de junho. De 2024. ISBN: 978-65-87539-60-7 (digital). DOI: 10.47209/978-65-87539-60-7
- GIMONET, J.C *Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs*. Petrópolis: Editora Vozes; Paris: AIMFR, 2007.
- GUBERT, A. S., BERNARDO, A. L. L. & ALBERLÂNDIA, J. A. R. (2022). As possibilidades da educação integral politécnica no ensino médio de tempo integral em porto velho: uma análise histórico-crítica. *Colóquio do Museu Pedagógico*-ISSN 2175-5493, v. 14, n. 1, p. 698-701.
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/>. Acesso em: 22/05/2024.
- MACIEL. K. D. C., BRUM, P. F. R & Gritti, M. S. (2019). Os desafios da Educação no Campo em tempos de Cibercultura. *RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*. v. 5, 2019. <https://doi.org/10.23899/relacult.v5i4.1276>.

- MENDES, D. M., WANDERLEY, K. K. S & Souza, K. F. (2022). Práticas comunitárias e currículo: educação do campo, das águas e florestas na Região Norte e Nordeste. *Revista e-Curriculum*, v. 20, n. 1, p. 279-301. 2022. ISSN 1809-3876. DOI <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2022v20i1p279-301>.
- NUNES, M. J. de O.; BARROS, J. A. (2022). Alteridade: o outro na pesquisa em Educação. *Revista Teias*, [S.l.], v. 23, n. 68, p. 405-421, mar. ISSN 1982-0305. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/57198>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- OLIVEIRA, L. F. & Silva, R. S. (2018). Reserva Extrativista Lago do Cuniã: Uma Análise Socioambiental. *Revista Amazonense de Geografia*, 5(9). 58-73.
- SANTOS, M. (2020). "Manejo florestal comunitário na Reserva Extrativista Lago do Cuniã: Uma análise socioeconômica". *Cadernos de Desenvolvimento Sustentável*, 8(1), 112-125.
- SILVA, R. (2018). "Caracterização ambiental da Reserva Extrativista Lago do Cuniã". *Revista Amazônica de Estudos Ambientais*. 5(3). 75-88.
- SILVA, R. (2018). "Caracterização ambiental da Reserva Extrativista Lago do Cuniã". *Revista Amazônica de Estudos Ambientais*, 5(3), 75-88.
- SILVA, R. (2018). "Práticas extrativistas e conservação da biodiversidade na Amazônia: estudo de caso na Reserva Extrativista Lago do Cuniã". *Revista de Estudos Amazônicos*, 15(2), 45-60.
- SOUZA, A. B., & ALMEIDA, C. D. (2019). "A criação da Reserva Extrativista Lago do Cuniã: Uma análise socioambiental". *Revista Amazônica de Estudos Ambientais*, 6(2), 85-102.
- SOUZA, A. B., & ALMEIDA, C. D. (2019). "Participação comunitária na gestão da Reserva Extrativista Lago do Cuniã." *Cadernos de Gestão Ambiental*, 7(1), 65-78.
- SOUZA, A. B., & ALMEIDA, C. D. (2019). O papel das comunidades tradicionais na conservação da Reserva Extrativista Lago do Cuniã. *Anais do Seminário de Pesquisa em Ciências Ambientais*, 10(2), 124-138.
- SOUZA, L. (2019). "Conservação e desenvolvimento sustentável na Reserva Extrativista Lago do Cuniã". *Boletim Amazônico de Desenvolvimento Sustentável*, 5(1), 112-125.
- TORRES, É. Y.; NERY, M. S.; Bezerra, C. S. G. B. (2022). Adaptações curriculares como componente da formação docente. *Conjecturas*, v. 22, n. 3, p. 150-166, 2022.
- WWF-Brasil. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/>. Acesso em: 02/06/2024.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

Estevão, F. M. M, Costa, S. R, & Barros, J. A. ESCOLA RURAL RIBEIRINHA NA RESERVA EXTRATIVISTA LAGO DO CUNIÃ, AMAZÔNIA PORTOVELHENSE DO BAIXO MADEIRA, RONDÔNIA. *Holos*, 3 (41)

SOBRE OS AUTORES**F. M. M. ESTEVÃO**

Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação Escolar, Mestrado e Doutorado Profissional (PPGEEProf) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Licenciado em Educação Física. Membro do Grupo de Pesquisa Multidisciplinar em Educação e Infância (EDUCA). Professor e Diretor da Escola rural ribeirinha Municipal de Ensino Fundamental Francisco Braga, vinculada a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Porto Velho, Rondônia, Brasil.

E-mail: fernando11estevao@gmail.com

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-3195-9033>

S. R. COSTA

Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação Escolar, Mestrado e Doutorado Profissional (PPGEEProf) e Mestra em Educação pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Integrante do Grupo de Pesquisa Multidisciplinar em Educação e Infância (EDUCA). Licenciada em Pedagogia. Professora de escola rural e servidora da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Porto Velho, Rondônia, Brasil.

E-mail: melattesuzana@gmail.com

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7017-3121>

J. A. BARROS

Pós-Doutor, Doutor e Mestre em Educação. Pedagogo e Historiador. Professor, pesquisador e extensionista do Departamento Acadêmico de Ciências da Educação (DACED) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Campus Porto Velho. Vice-Líder do Grupo de Pesquisa Multidisciplinar em Educação e Infância (EDUCA). Vice-Coordenador da Rede de Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação nas Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil e na América Latina (RECONAL-Edu). Membro da Red Temática de Investigación de Educación Rural (RIER - México). Integrante da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). Membro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

E-mail: josemirbh@gmail.br

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-2687-6575>

Editor(a) Responsável: Francinaide de Lima Silva Nascimento
Pareceristas Ad Hoc: Luciano da Silva Pereira e Erivã Garcia Velasco



Recebido 28 de abril de 2025

Aceito: 07 de outubro de 2025

Publicado: 19 de novembro de 2025